

Município de
Porto Lucena



**PLANO MUNICIPAL DE
SANEAMENTO BÁSICO**

RELATÓRIO FINAL

8

EQUIPE EXECUTORA

Prefeito Municipal: LEO MIGUEL WESCHENFELDER

Portaria Municipal Nº 1.108/14, de 14 de agosto de 2014, que altera a Portaria nº 0807/14, de 11 de fevereiro de 2014.

Membros do Comitê Executivo: JAIR MIGUEL WAGNER (Coordenador Geral do PMSB); JACI ALCEDIR BENETTI (Secretário de Planejamento e Projetos); VILMAR HÖPNER (Secretário Municipal de Administração e Governo); EUGENIO REINALDO WERLANG (Secretário Municipal de Educação e Cultura); GLAUCE REGINA DE SOUZA WANDSCHEER (Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social); CAMILA SILVEIRA STANGHERLIN (Advogada Pública Municipal); ODAIR CESAR REX (Diretor do Departamento Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente); DALTRI BERNARDI (Diretor de Máquinas e Veículos); ALCEDIR ROQUE ZAMBONI (Diretor do Departamento de Obras e Viação); LIGIA DAIANE FINK DOS SANTOS (Diretora de Saúde); ALESSANDRA CRIVILATTI (Diretora de Assistência Social e Políticas Públicas do Idoso); RITA DENISE PERINI (Engenheira Civil); JONATAN SILVEIRA SCHMIDT (Técnico Agrícola); DELVÉQUIO ALBERTO CRIVILATTI (Tecnólogo em Estradas e Topografia); DIETER WARTCHOW (Coordenador do projeto UFRGS/FAURGS/IPH).

Membros do Comitê Coordenador: FUNASA (Membro do Núcleo Intersetorial de Cooperação Técnica – NICT); MAIRA BARBOSA SEGATTE (Representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento); ANTONINHO ZAMIN (Representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário); VILSON OLSSON (Representante do Conselho Municipal de Saúde); DÉCIO JOSÉ POHL (Representante da EMATER/ASCAR); VILSON CARLOS KLEIN (Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais); DAGMAR VON BOROSWSKI (Representante da ACI); CARLOS EDUARDO SANDRI (Representante do Poder Legislativo Municipal).

FUNASA

O Plano Municipal de Saneamento Básico do município de Porto Lucena foi viabilizado através do Convênio firmado entre a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA e o município de Porto Lucena-RS.



Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
Instituto de Pesquisas Hidráulicas - IPH
Avenida Bento Gonçalves, nº 9.500
CEP: 91501-970 / Porto Alegre-RS

Participantes: Prof. Dieter Wartchow (coordenador); Aline Paez Silveira; Liesbeth Olaerts; Marcio Nicknig; Paulo Robinson Samuel da Silva

Catálogo na Fonte
Instituto de Pesquisas Hidráulicas - IPH

Relatório 8 - Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Porto Lucena, RS: Relatório Final / Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Pesquisas Hidráulicas – Porto Alegre: UFRGS, 2014.

66 p. : il. color. ; 27cm

1. Brasil – Saneamento Básico. 2. Relatório Final. 3. Porto Lucena - RS. I. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. II. Instituto de Pesquisas Hidráulicas. III. Título.

Devido ao caráter público e a participação voluntária, entende-se que a concessão do direito de imagem seja exclusiva para este PMSB. Este documento pode ser copiado desde que utilizado exclusivamente para fins de ensino, extensão e pesquisa e a fonte seja citada.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. DESAFIOS NA ÁREA DO SANEAMENTO BÁSICO DE PORTO LUCENA	10
3. PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL.....	13
3.1 O TERMO DE REFERÊNCIA PARA A ELABORAÇÃO DO PMSB DO MUNICÍPIO	
DE PORTO LUCENA-RS.....	15
3.2 MOBILIZAÇÃO SOCIAL	16
3.3 MEIOS DE DIVULGAÇÃO	16
3.4 AUDIÊNCIAS, SEMINÁRIOS, CONSULTAS PÚBLICAS E ENCONTROS	
TÉCNICOS PARTICIPATIVOS, REUNIÕES, VISITAS TÉCNICAS.....	16
3.5 CARTILHA PARA DIVULGAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	18
3.7 ATIVIDADES DIDÁTICAS	21
3.8 EVENTOS E ATIVIDADES	21
3.9 ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA –A.R.T.	38
3.10 AUDIÊNCIA DE APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE MINUTA DE LEI QUE INSTITUI	
A POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E APROVAÇÃO DOS	
PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES.	39
3.11 CADERNO DE AÇÕES E EXPLANAÇÃO DA MINUTA DE LEI DO PMSB, PMGIRS	
E POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE PORTO LUCENA	50
4. CENÁRIOS RECOMENDADOS.....	56
4.1 CENÁRIO RECOMENDADO PARA O ABASTECIMENTO DE ÁGUA	56
4.2 CENÁRIO RECOMENDADO PARA O ESGOTAMENTO SANITÁRIO.....	57
4.3 CENÁRIO RECOMENDADO PARA OS REDÍDUOS SÓLIDOS	59
4.4 CENÁRIO RECOMENDADO PARA A DRENAGEM E O MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS.....	61
5. GESTÃO DO PLANO	63

1.

INTRODUÇÃO

1. INTRODUÇÃO

O Relatório Final do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) do município de Porto Lucena-RS em atendimento ao Termo de Referência para a Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Porto Lucena apresentará em síntese o modo como este foi construído e seus principais resultados.

O processo de escolha da Universidade Federal do Rio Grande do sul (Ufrgs) visando a capacitação e o assessoramento para a elaboração do PMSB do município de Porto Lucena iniciou-se após a constituição do Comitê Executivo e Comitê de Coordenação do PMSB de Porto Lucena instituído pela Portaria Municipal N° 0807/14, de 11 de fevereiro de 2014, e alterado pela Portaria Municipal nº 1.108/14, de 14 de agosto de 2014.

Com a assinatura do convênio entre o município de Porto Lucena e a Funasa, através de seu programa de apoio técnico a municípios viabilizaram-se os recursos financeiros para a capacitação do município e a elaboração do PMSB.

O Comitê Executivo é representativo e é composto pelo:

- ✓ Prefeito Municipal;
- ✓ Secretário de Planejamento e Projetos;
- ✓ Secretário Municipal de Administração e Governo;
- ✓ Secretário Municipal de Educação e Cultura;
- ✓ Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social;
- ✓ Advogada Pública Municipal;
- ✓ Diretor do Departamento Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente;
- ✓ Diretor de Máquinas e Veículos;
- ✓ Diretor do Departamento de Obras e Viação;
- ✓ Diretora de Saúde;

- ✓ Diretora de Assistência Social e Políticas Públicas do Idoso;
- ✓ Engenheira Civil da Prefeitura;
- ✓ Técnico Agrícola;
- ✓ Tecnólogo em Estradas e Topografia;
- ✓ Coordenador do projeto da Ufrgs/Faurgs/lph;

O Comitê de Coordenação é composto por:

- ✓ Membro do Núcleo Intersectorial de Cooperação Técnica – NICT;
- ✓ Representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento;
- ✓ Representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário;
- ✓ Representante do Conselho de Saúde;
- ✓ Representante da Emater/Ascar;
- ✓ Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
- ✓ Representante da ACI;
- ✓ Representante do Poder Legislativo Municipal.

Em 29/01/2014 o município firmou com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com a interveniência do Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH) e a Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FAURGS) um contrato para o financiamento do projeto de extensão para capacitar e assessorar o município na elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) do município de Porto Lucena.

Um termo de referência elaborado pelo município de Porto Lucena para a realização do objeto constante do projeto de extensão conduziu para a construção e a elaboração de forma participativa dos relatórios citados na figura 1.1.

Figura 1.1 – Relatórios previstos no Termo de Referência.

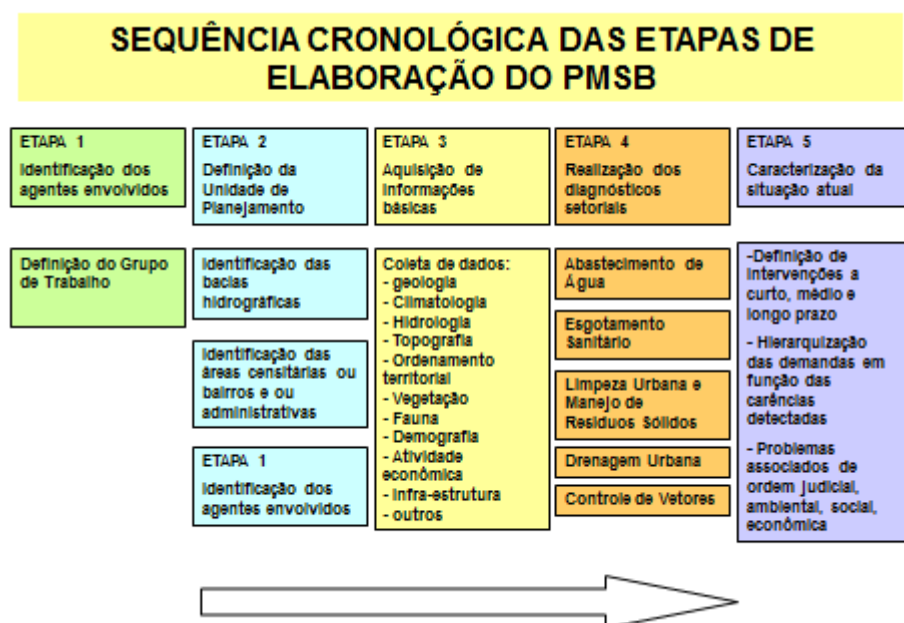
RELATÓRIOS DO PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO - PMSB
As atividades de interação desenvolvidas pelo Instituto de Pesquisas Hidráulicas da UFRGS, constituem-se na elaboração, no acompanhamento e no assessoramento dos relatórios conforme previstos no “Termo de Referência para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Porto Lucena”, relacionados a seguir :
PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL
RELATÓRIO 1 – DIAGNÓSTICO TÉCNICO PARTICIPATIVO
RELATÓRIO 2 – PROSPECTIVA E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
RELATÓRIO 3 – PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES PARA O ALCANCE DO CENÁRIO DE REFERÊNCIA
RELATÓRIO 4 – INDICADORES DE DESEMPENHO APLICADOS AO SANEAMENTO BÁSICO
RELATÓRIO 5 – MINUTA DE PROJETO DE LEI QUE INSTITUIA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
RELATÓRIO 6 – SISTEMA DE INFORMAÇÕES PARA AUXÍLIO A TOMADA DE DECISÃO
RELATÓRIO 7 – EXECUÇÃO DO PMSB
RELATÓRIO 8 - RELATÓRIO FINAL DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
RELATÓRIO 9 – MAPAS E DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA
RELATÓRIO 10 – PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PMGIRS)

A construção de cenários foi importante para compatibilizar programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais e com outros planos governamentais correlatos, identificando possíveis fontes de financiamento.

A metodologia de avaliação econômica utilizada para a avaliação dos cenários propostos foi o método do Valor Presente Líquido (VPL).

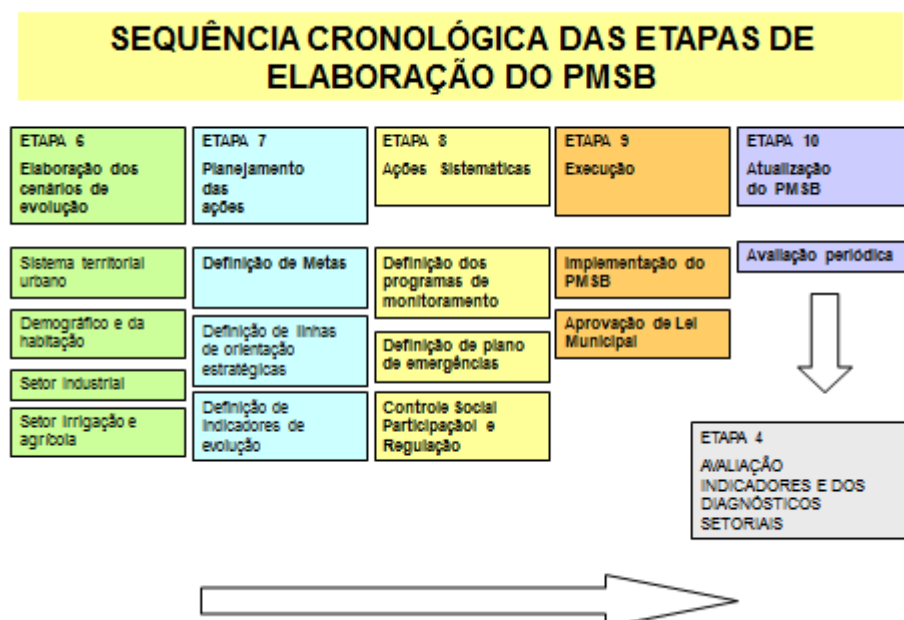
A sequência das etapas adotadas para a elaboração do PMSB de Porto Lucena, foi recomendada pelo Ministério das Cidades, resumidamente esquematizadas nas figuras 1.2 e 1.3.

Figura 1.2 – Sequência das etapas de elaboração do PMSB. Etapas 1 a 5.



(Fonte: www.mcidades.gov.br)

Figura 1.3 – Sequência das etapas de elaboração do PMSB. Etapas 6 a 10.



Fonte: www.mcidades.gov.br

2.

DESAFIOS NA ÁREA DO SANEAMENTO BÁSICO

2. DESAFIOS NA ÁREA DO SANEAMENTO BÁSICO DE PORTO LUCENA

As figuras 2.1 a 2.4 apresentam os maiores desafios diagnosticados na área do saneamento básico de Porto Lucena, ratificados pelo Comitê Executivo e o Comitê de Coordenação do PMSB de Porto Lucena em reunião realizada no dia 13/06/2014.

Figura 2.1 – Maiores desafios na área do saneamento básico de Porto Lucena. Desafio 1 a 4.

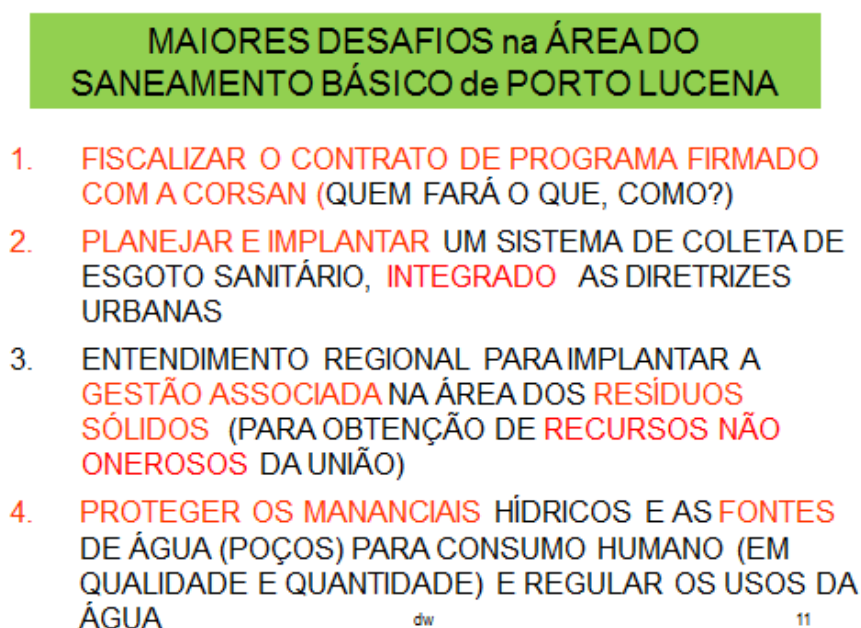


Figura 2.2 – Maiores desafios na área do saneamento básico de Porto Lucena. Desafio 5 a 9.

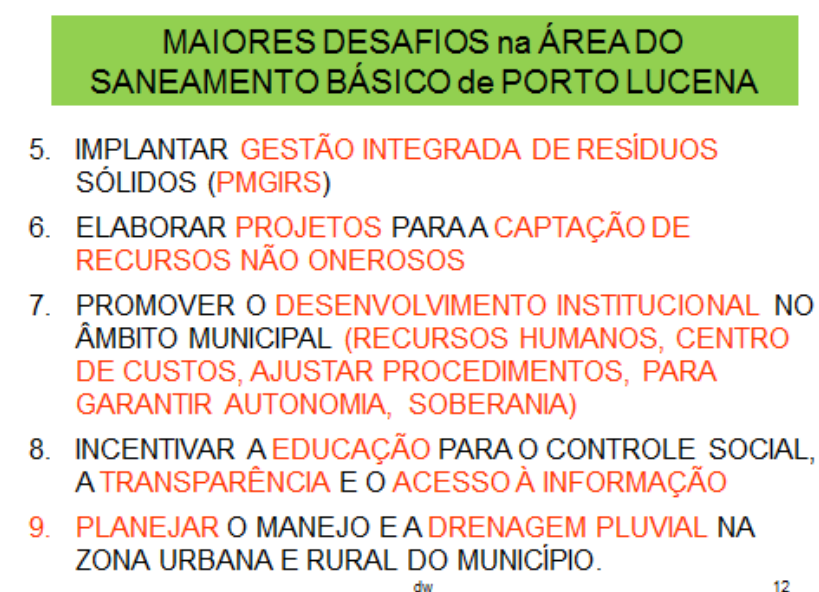


Figura 2.3 – Maiores desafios no saneamento básico de Porto Lucena. Desafio 10 a 12.

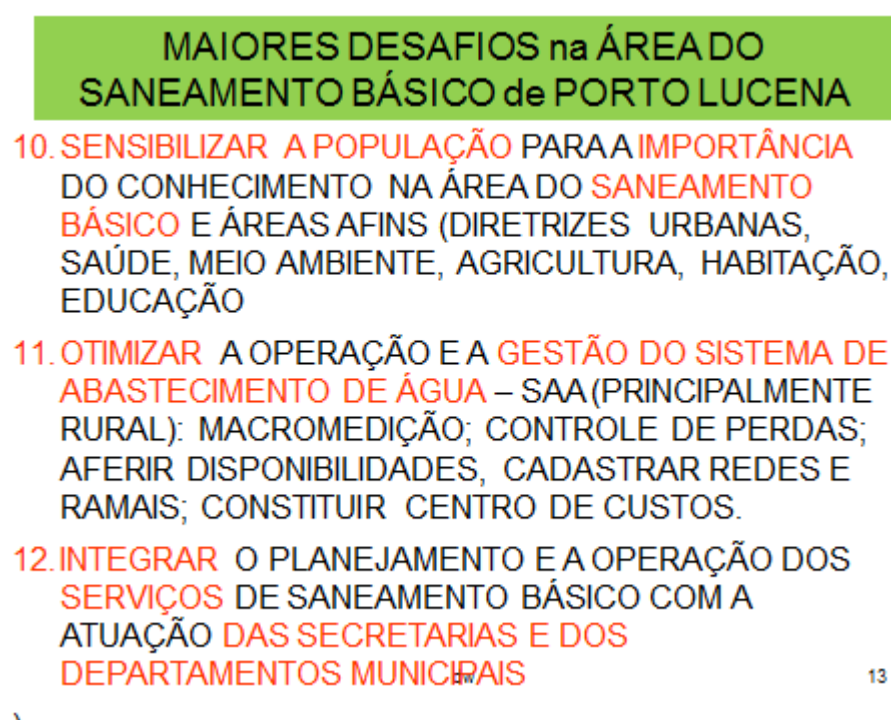
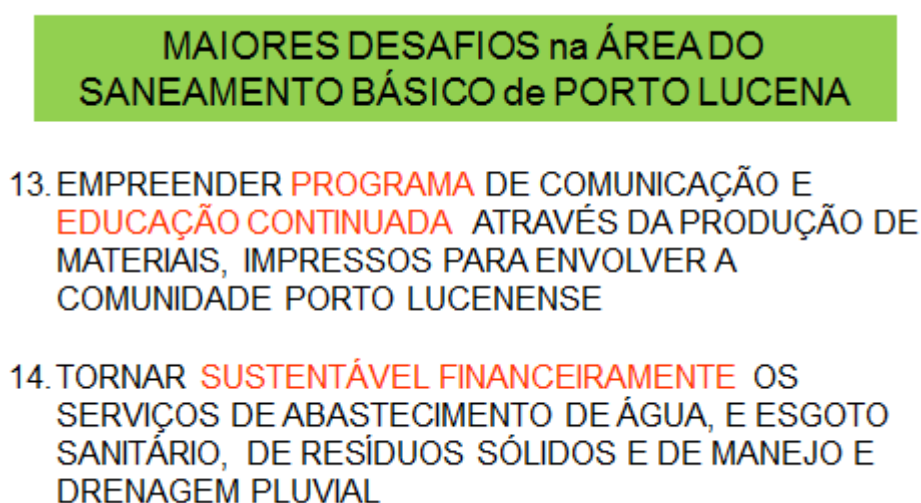


Figura 2.4 – Maiores desafios no saneamento básico de Porto Lucena. Desafio 13 a 14.



3.

PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

3. PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

A participação e o controle social são mecanismos indispensáveis para a eficácia da gestão pública de saneamento básico e de suas políticas. Pressupõe a convergência de propósitos, a resolução de conflitos, a transparência dos processos decisórios e o foco no interesse da coletividade. A participação no processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) do município de Porto Lucena-RS caracterizou-se por uma intensa mobilização social, na qual foram divulgados conceitos, estudos e propostas, discutidos problemas e soluções, alternativas e soluções relativas ao saneamento básico. A capacitação de gestores municipais, lideranças e a população foi uma preocupação presente em todos os momentos do processo.

O processo de elaboração do PMSB procurou incorporar as visões e necessidades da sociedade democraticamente e de forma participativa e procurou atingir função social dos serviços prestados, vinculado com o atendimento dos conceitos técnicos nos diferentes níveis do saneamento.

O objetivo do Plano de Mobilização Social foi o de estabelecer estratégias de inclusão da sociedade na discussão e elaboração do PMSB, sensibilizar a comunidade em geral, sociedade organizada, entidades, instituições, e outras organizações sociais, a participar efetivamente do processo de construção do Plano.

A metodologia proposta para a elaboração do PMSB foi adaptada da metodologia conhecida como “ZOPP” – Metodologia de Planejamento por Objetivos, os quais serão alcançados através de projetos e metas definidas. Durante o processo de elaboração, os atores participantes tiveram oportunidade de sugerir ações, projetos para equacionar problemas diagnosticados na área do saneamento básico.

O método de consulta popular aplicado, que pode ser considerado dinâmico e aberto, permitiu o aporte de sugestões e opiniões ao longo de suas etapas de diagnóstico até a etapa onde foram discutidas e deliberadas as ações e as propostas.

Na medida possível e de acordo com o interesse da população na elaboração do PMSB procurou-se:

- ✓ Garantir a participação e o controle social, por meio de audiências e consultas públicas, reuniões, levantamento de opiniões, seminários e debates e da atuação de órgãos de representação colegiada, tais como, os Conselhos Municipais;
- ✓ Estabelecer mecanismos para a disseminação e o amplo acesso às informações sobre o diagnóstico e os serviços prestados e sobre as propostas relativas ao plano de saneamento básico e aos estudos que as fundamentam;
- ✓ Definir mecanismos de divulgação das etapas de discussão da política e do plano, bem como formas e meios para recebimento de sugestões e críticas;
- ✓ Definir estratégias de comunicação e canais de acesso às informações, com linguagem acessível a todos os segmentos sociais;
- ✓ Avaliar possibilidade de realizar enquête na rede de educação básica se tem ou sabe de algum problema na área do abastecimento de água, esgotos sanitários, resíduos e águas pluviais.

As metas propostas para o Plano de Mobilização Social (PMS) do PMSB foram alcançadas, concretizando-se nos seguintes pontos:

- ✓ A construção de banco de sugestão de projetos;
- ✓ A representatividade nas reuniões, seminários, enquetes, trabalhos afins, etc...
- ✓ Levou-se o tema do saneamento básico ao conhecimento da população, e diversas entidades representativas atuantes no município.

3.1 O TERMO DE REFERÊNCIA PARA A ELABORAÇÃO DO PMSB DO MUNICÍPIO DE PORTO LUCENA-RS

O Termo de Referência para a elaboração do PMSB do município de Porto Lucena-RS previa em seu escopo estabelecer as ações de mobilização social, por meio do Plano de Mobilização Social (PMS), onde se definiram os objetivos, metas e escopo da mobilização, além de cronogramas e principais atividades a serem desenvolvidas. O Plano de Mobilização Social (PMS), produto desse termo de Referência, foi elaborado de acordo com as seguintes diretrizes:

- ✓ Refletir as necessidades e anseios da população;
- ✓ Considerar sua função social a participação e seu caráter democrático;
- ✓ Envolver a sociedade durante todo o processo de elaboração do PMSB;
- ✓ Sensibilizar a sociedade para a responsabilidade coletiva na preservação e conservação dos recursos naturais;
- ✓ Estimular os segmentos sociais a participarem do processo de gestão ambiental.

O Núcleo Intersectorial de Cooperação Técnica – NICT da Coordenação Regional da Funasa desempenhou suas atividades principalmente no apoio ao diagnóstico da área do saneamento básico no município e na revisão documental.

As memórias dos eventos realizados estão apresentadas e sumariadas estão apresentadas na documentação fotográfica e nos anexos deste Relatório Final do PMSB.

3.2 MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Por ocasião da elaboração do PMSB foram realizadas quatro (4) visitas técnicas, quatro reuniões com o Comitê Executivo e de Coordenação do Plano, uma audiência em sessão na câmara de vereadores, uma audiência pública, reuniões com professores das escolas municipais e agentes de saúde, contatos com vários servidores municipais, secretários, a população, por meio da sua voluntariedade e desejo em contribuir e dos levantamentos realizados.

3.3 MEIOS DE DIVULGAÇÃO

Para a elaboração do PMSB foram utilizados meios de comunicação e divulgação, tais como: Jornal; convites para reuniões com data, horário e local da reunião; convites nominais e a veiculação de informações por meio de duas rádios locais (Nativa e Muriá - Comunitária).

3.4 AUDIÊNCIAS, SEMINÁRIOS, CONSULTAS PÚBLICAS E ENCONTROS TÉCNICOS PARTICIPATIVOS, REUNIÕES, VISITAS TÉCNICAS

No período temporal da elaboração do PMSB de Porto Lucena, houve várias oportunidades nas quais a população, e as entidades representativas foram convidadas a apresentar problemas, propostas, necessidades na área do saneamento básico. A tabela 3.1 apresenta sucintamente a data ou mês do evento e o tema abordado.

Tabela 3.1 – Eventos, reuniões e assunto relacionados ao processo de elaboração do PMSB Porto Lucena.

DATA	ASSUNTO
10/12/2013	Reunião na Ufrgs para debater termo de referência para a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Porto Lucena.
29/01/2014	Assinatura do contrato entre PM Porto Lucena, UFRGS, FAURGS.
13/02/2014	Assinatura da Ordem de Início do objeto contratado entre o Município, a Ufrgs e a Faurgs.
13/02/2014	Reunião para apresentação das etapas previstas para a elaboração do PMSB, levantamento de informações, na câmara de vereadores.
14/02/2014	Visita técnica para avaliação do SAA na zona rural e urbana.
14/02/2014	Visita técnica na Central de Triagem e no aterro sanitário
15/04/2014	Acompanhamento do roteiro de coleta de resíduos
16/06/2014	Caracterização dos resíduos sólidos domiciliares não recicláveis e recicláveis
16/04/2014	Visita a pedreira do município onde se realizam depósitos de resíduos de poda e resíduos da construção e demolição.
27/04/2014	Reunião com o Comitê executivo e de coordenação para deliberar sobre os cenários e ações.
13/06/2014	Reunião com o Comitê Executivo e de Coordenação para deliberar sobre a formatação a Minuta de Projeto de Lei que Institui a Política Municipal de Saneamento, o PMSB e o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS).
13/06/2014	Revisão das informações constantes nos relatórios em elaboração.
07/08/2014	Reunião com os Professores da Rede Municipal de Ensino e com os agentes de saúde do município para deliberar formas de promoção, divulgação da cartilha “O Município que queremos”, de educação ambiental e de incentivo a participação na elaboração e no acompanhamento do PMSB.
07/08/2014	Audiência Pública para a apresentação do PMB e sua aprovação

O perfil dos cidadãos de Porto Lucena que participaram nos seminários, audiências e reuniões, nos levantamentos caracterizaram-se por ser de públicos diferentes.

3.5 CARTILHA PARA DIVULGAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Para divulgar os propósitos do PMSB e demonstrar a importância da participação da população na elaboração deste e no acompanhamento de suas ações priorizadas, elaborou-se uma cartilha (“O município que queremos”) a qual está sendo disponibilizada para professores e alunos da rede municipal e estadual de ensino no município de Porto Lucena. Alguns materiais que estão representados na cartilha estão apresentados nas figuras 3.1 a 3.5.

Figura 3.1 – Representação da temática do abastecimento de água e esgotamento sanitário.

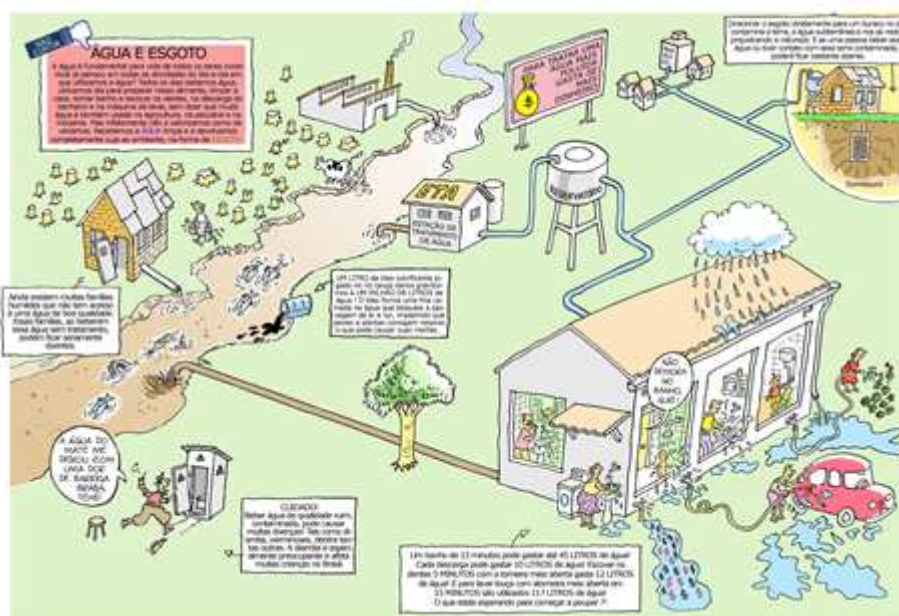


Figura 3.2 – Representação da temática do abastecimento de água e esgotamento sanitário.

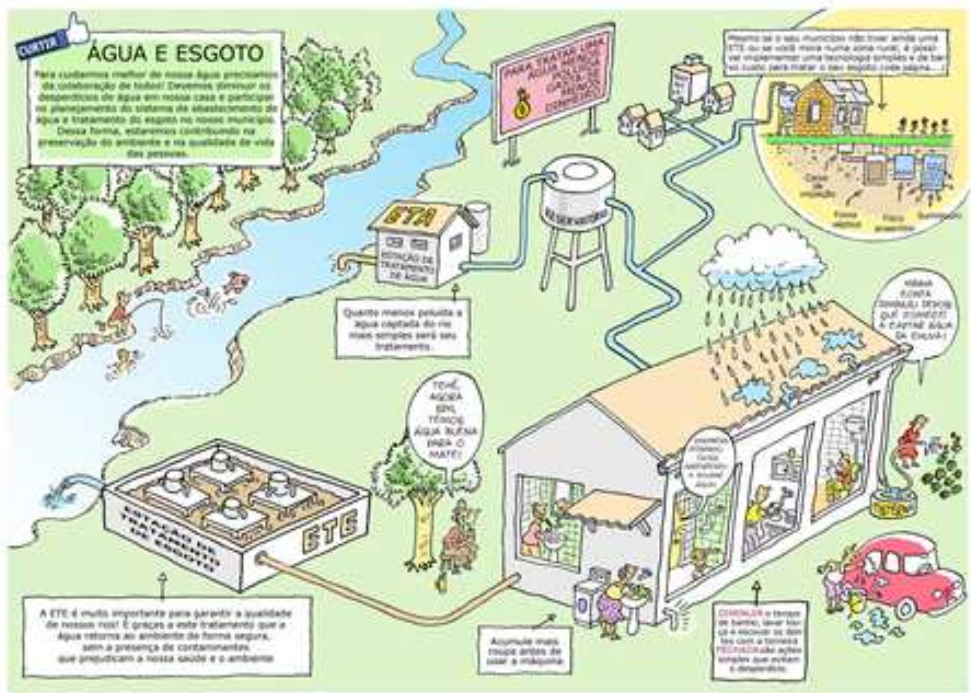


Figura 3.3 – Representação da temática da drenagem pluvial.

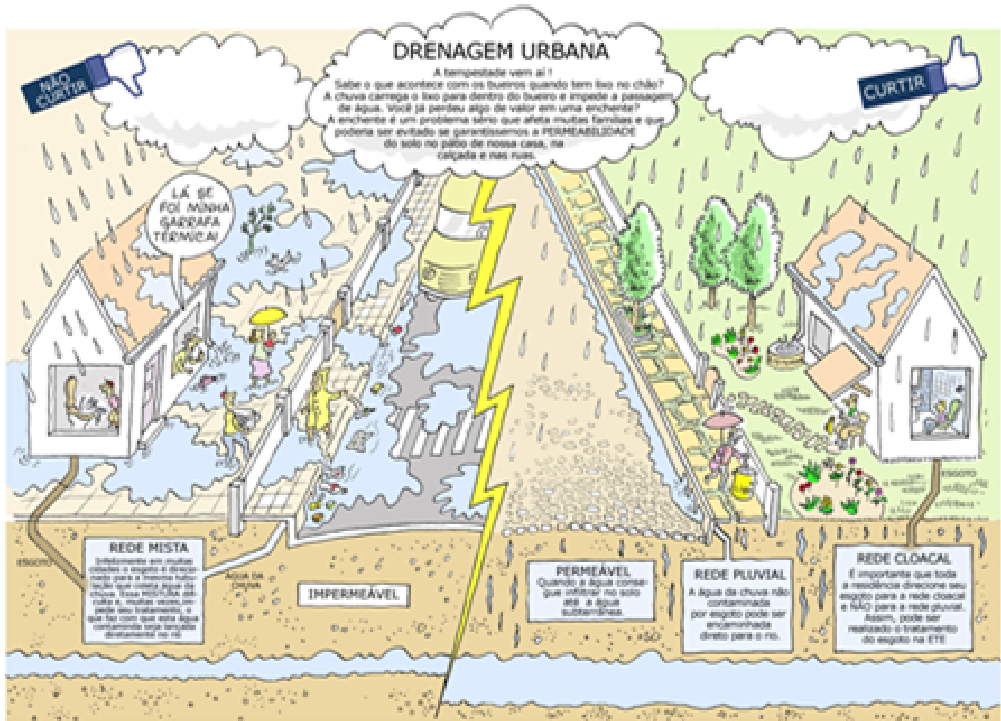


Figura 3.4 – Representação da temática dos resíduos sólidos.

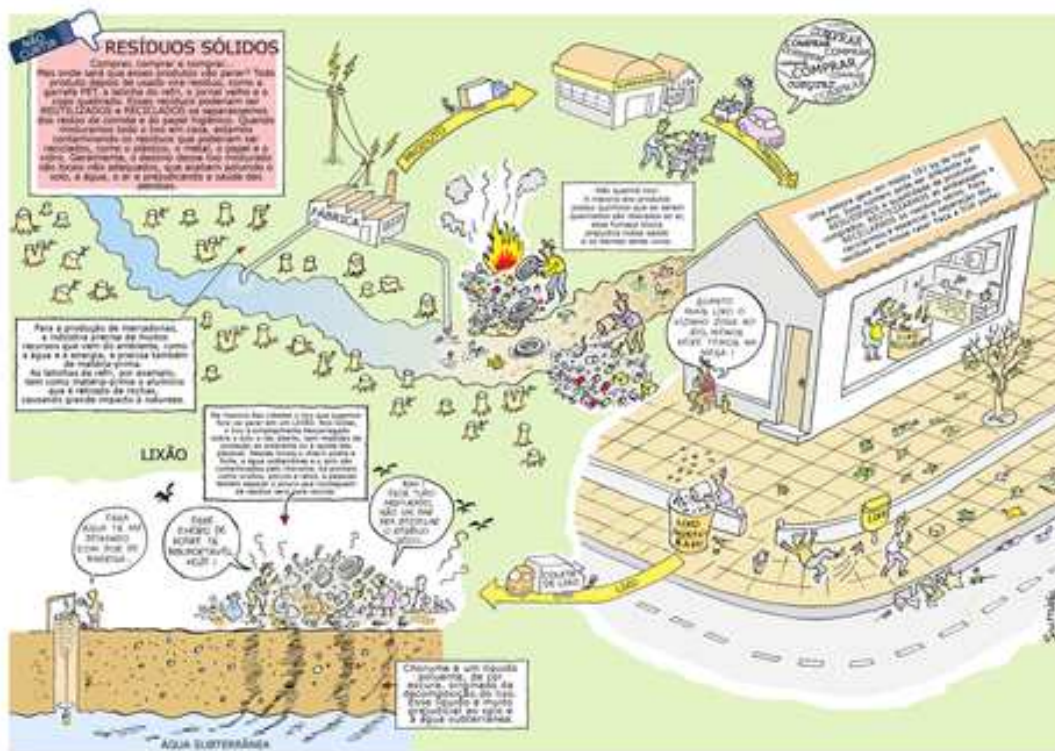
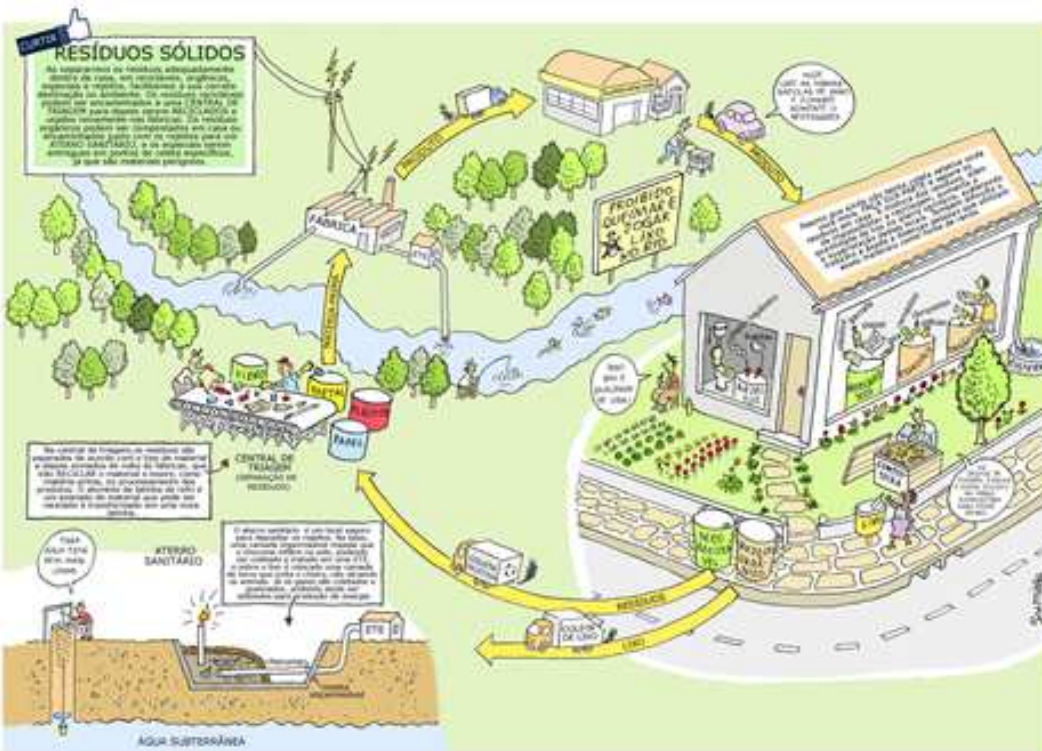


Figura 3.5 – Representação da temática dos resíduos sólidos.



3.7 ATIVIDADES DIDÁTICAS

Merecem destaque algumas atividades com relação ao PMSB desenvolvidas em conjunto com a Secretaria de Educação e Cultura por meio de seu quadro de professores (as), o qual compreendeu a importância da temática do saneamento básico e sua relação com a educação ambiental dos futuros cidadãos Porto Lucenenses.

Sob a ótica da universidade, várias atividades didáticas e de ensino puderam ser desenvolvidas, como dois Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) do curso de engenharia ambiental, um artigo técnico a ser apresentado em congresso, e referências para uma tese de doutorado.

3.8 EVENTOS E ATIVIDADES

A documentação fotográfica a seguir ilustra sucintamente eventos e atividades que foram desenvolvidas ao longo da capacitação e elaboração do PMSB de Porto Lucena. O registro fotográfico é apresentado nas figuras 3.4 a 3.16.

Figura 3.4 – 13/02/2014 - Assinatura da ordem de início dos trabalhos relativos a elaboração do PMSB de Porto Lucena.



Figura 3.5 - 13/01/2014. Reunião com Comitê de Executivo e de Coordenação do PMSB



Figura 3.6 – Reunião de abertura dos trabalhos relativos a elaboração do PMSB de Porto Lucena – 13/02/2014 – Câmara de Vereadores.



Figura 3.7 – Relação de participantes da reunião do dia 13/02/2014.



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde



Prefeitura Municipal Porto Lucena
"Terra da Hospitalidade"



MODELO DE LISTA DE PRESENÇA

IDENTIFICAÇÃO DA ATIVIDADE: Reunião / Evento

DATA: 13/02/2014

LOCAL: Câmara de Vereadores

NOME	ENTIDADE/MORADOR	RUBRICA
Jaci Medir Benetti	PREF. MUNICIPAL	
Leonilda Guimaraes	CRAS-PORTO LUCENA	
Mirlei Sandoz	TELECENIRO	Mirlei
Therézinha N. H. Zambeli	Escola Infantil Pinguim	Therézinha
Denise H. Schmitz	Estudante Pedagogia	Denise Schmitz
Julio Cesar Antozombela	Com. São Cosme e Damião	Julio C. Antozombela
Ilirion daiani Sontinen	CRAS-Porto Lucena	Ilirion
Patricia Hummel	CRAS-Porto Lucena	Patricia Hummel
Helen Eichstätt	S.A.S.	
Dieter Wartchow	UFRGS	

SÍNTESE DOS ASSUNTOS ABORDADOS:

Apresentação do escopo dos trabalhos a serem desenvolvidos
Aplicações de pesquisa relativa aos problemas e propostas
na área do saneamento básico

Figura 3.8 - 05/01/2012. Avaliação da infraestrutura de abastecimento de água na zona urbana do município de Porto Lucena.



Figura 3.9 - 05/01/2012. Avaliação da infraestrutura de abastecimento de água na zona urbana do município de Porto Lucena.



Figura 3.10 - Visita técnica à central de triagem e aterro sanitário de Porto Lucena (14/02/2014)



Figura 3.11 - Visita técnica à central de triagem e aterro sanitário de Porto Lucena (14/02/2014)



Figura 3.12 - Visita técnica à central de triagem e aterro sanitário de Porto Lucena (14/02/2014)



Figura 3.13 – Realização de entrevista em rádio local.



Figura 3.14 – Caracterização dos resíduos sólidos. (16/04/2014)



Figura 3.15 - Caracterização de RSU (16/04/2014)



Figura 3.16 – Reunião de apresentação do diagnóstico e de discussão das propostas de ações e de sua priorização. (13/06/2014)



Figura 3.17 - Visita a áreas potenciais para a construção das Estações de Tratamento de Esgotos e corpo receptor final (Rio Uruguai).





Figura 3.18 - visita aos pontos potenciais de alagamento e locais dotados de redes de drenagem.



Figura 3.19 – Capacitação de professores (07/08/2014).



Figura 3.20 – Capacitação dos professores municipais e estaduais (07/08/2014).



Figura 3.21 - Entrevista a radio local para divulgar a audiência pública (07/08/2014)



Figura 3.22 - Audiência Pública do PMSB (07/08/2014).



Figura 3.23 - Aprovação das propostas constantes no PMSB de Porto Lucena (07/08/2014).



3.9 ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA –A.R.T.

		Registro de Contrato de Acervo Técnico sob forma de Anotação de Responsabilidade Técnica - Lei Federal 6496/77 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do RS		ART Nr.: 7355915	
Dados da ART		Agência/Código do Cedente	2796-0/16734-7		Nosso Número: 21071360007355915
Tipo: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Convênio: NÃO É CONVÊNIO		Participação Técnica: INDIVIDUAL/PRINCIPAL Motivo: NORMAL			
Contratado					
Carteira: RS035923 RNP: 2200831676 Empresa: NENHUMA EMPRESA		Profissional: DIETER WARTCHOW Título: Engenheiro Civil		E-mail: dieterw@portoweb.com.br Nr.Reg.:	
Contratante					
Nome: FUNDAÇÃO DE APOIO DA UFRGS Endereço: AVENIDA BENTO GONÇALVES 9500 Cidade: PORTO ALEGRE		E-mail: Telefone: 51 3308 6837 Bairro: AGRONOMIA		CPF/CNPJ: 74.704008/0001-75 CEP: 91501970 UF: RS	
Identificação da Obra/Serviço					
Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO LUCENA Endereço da Obra/Serviço: RUA PRAÇA D. FELIPE DE NADAL 299 Cidade: PORTO LUCENA		Bairro: Finalidade: OUTRAS FINALIDADES Data Início: 29/01/2014		CPF/CNPJ: 87613659/0001-00 CEP: UF: RS	
Dimensão(m²): Prev.Fim: 28/01/2015		Vir Contrato(R\$): 97.671,44 Ent.Classe:		Honorários(R\$): 6.000,00	
Atividade Técnica Plano		Descrição da Obra/Serviço Saneamento		Quantidade Unid.	
Local e Data		Declaro serem verdadeiras as informações acima DIETER WARTCHOW Profissional		De acordo FUNDAÇÃO DE APOIO DA UFRGS Contratante	
BANCO DO BRASIL 001-9 00190.00009 02107.136000 07355.915187 2 60580000016768					
PAGÁVEL EM QUALQUER AGÊNCIA BANCÁRIA				Vencimento 09/05/2014	
Cedente CREA-RS Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do RS 92.695.790/0001-95				Agência/Cód.Cedente 2796-0/16734-7	
Data do Documento 29/04/2014		Nr Documento 7355915		Nosso Número 21071360007355915	
Especie DOC DM		Quantidade NÃO		Data Processamento 29/04/2014	
Uso Banco 18/051		Especie RS		Valor	
Instruções: NÃO RECEBER APÓS O VENCIMENTO. Este documento só terá validade após seu pagamento. Agendamento só terá validade após sua compensação bancária.				(=) Valor do Documento 167,68 (-) Desconto/Abatimento (-) Outras Deduções (+) Mora/Multa (+) Outros Acréscimos (=) Valor Cobrado	
Sacado: DIETER WARTCHOW				CPF: 28973879049	
					
Autenticação mecânica/Ficha de compensação					

3.10 AUDIÊNCIA DE APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE MINUTA DE LEI QUE INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E APROVAÇÃO DOS PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES.

A Figura 3. 24 ilustra momentos da audiência pública realizada no dia 07/08/2014, para apreciar a Minuta do Projeto de Lei que Institui a Política Municipal de Saneamento Básico do município de Porto Lucena, o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) e o Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos (PMGIRS), assim como, os programas, projetos e ações propostas para fazer frente aos desafios que foram diagnosticados ao longo da elaboração do PMSB. Após a composição da mesa dos trabalhos, destacou-se da importância do assunto a ser tratado na audiência e da dinâmica desta, as principais conclusões foram apresentadas, assim como, prestados os esclarecimentos para as manifestações, a leitura das ações, a explanação do conteúdo da Minuta do Projeto de Lei que Institui a Política Municipal de Saneamento Básico no município, das diretrizes e dos princípios do PMSB e PMGIRS. Houve intensa participação e a aprovação dos conteúdos apresentados em um caderno editado para a audiência. Ao final da audiência o Secretário de Planejamento e Projetos procedeu com a leitura da ata (figura 3.25) que foi aprovada e firmada pelos integrantes da mesa e participantes do evento.

Figura 3.24 - Aprovação das propostas constantes no PMSB de Porto Lucena (07/08/2014).



Figura 3.25 – Ata da audiência pública (07/08/2014).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO LUCENA
 CNPJ: 07.613.809/0001-00 / Fone: (51) 3565-1300
 Praça Dom Felipe de Nodet, 296 - Centro
 Porto Lucena - RS - CEP 96890-000
 www.portolucena.rs.gov.br - prefeitura@portolucena.rs.gov.br

ATA – AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PMSB PORTO LUCENA - 07/08/2014

Aos sete dias do mês de agosto do ano de 2014 reuniram-se em audiência pública junto ao Centro Cultural de Eventos, membros do Poder Executivo do município de Porto Lucena, do Poder Legislativo, do Comitê Executivo e do Comitê de coordenação do PMSB, membros de Conselhos, servidores municipais, servidores da Corsan e de entidades representativas atuantes no Município, professores, e membros da comunidade do município de Porto Lucena; representante da Funasa e da UFRGS, de acordo com a relação dos participantes desta audiência e que integra a presente ata, independente de transcrição, para deliberar sobre assuntos e encaminhamentos relevantes ao Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) e ao Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) do Município de Porto Lucena. A todos os participantes foi entregue uma cartilha com informações a serem abordadas na audiência pública. A mesa dos trabalhos foi constituída com as presenças do Prefeito Municipal, do Presidente da Câmara de Vereadores, do Coordenador do PMSB no âmbito do Município, pela Funasa e pelo coordenador do PMSB no âmbito da UFRGS. Após as palavras de abertura, o coordenador do PMSB, explanou sobre a formatação da audiência pública. Após, passou a palavra para o professor da UFRGS, que apresentou os cenários para as áreas que compõe o saneamento básico, as propostas de ações, as diretrizes da Política Municipal de Saneamento Básico, e os princípios do PMSB e do PMGIRS propostos na minuta do projeto de lei que institui a Política Municipal de Saneamento Básico. A partir destas explicações passou-se a referir as ações a serem propostas no PMSB, que depois de submetidas a apreciação foram aprovadas. Colocou-se a palavra a disposição para a manifestação dos participantes. Após, aprovou-se pelo encaminhamento de uma Minuta de um Projeto de Lei para institucionalizar a Política Municipal de Saneamento, afim de que esta seja apreciada pela Câmara de Vereadores. Não havendo novas manifestações, encerro a presente ata que segue assinada por mim, Secretário de Planejamento e Projetos, pelo Sr. Prefeito Municipal, pelo Sr. Presidente da Câmara de Vereadores, pelo coordenador do PMSB no âmbito do Município, pela FUNASA e a UFRGS, bem como pelos demais participantes e presentes desta audiência pública que assim o desejarem.



* Doe órgãos, doe sangue: salve vidas *

A Figura 3.26 apresenta o edital de convocação da audiência pública.

Figura 3.26 – Edital de convocação da audiência pública do PMSB Porto Lucena.



A figura 3.27 e 3.28 apresenta o histórico das inserções realizadas para convidar a população de Porto Lucena para a audiência pública e divulgar os propósitos do PMSB.

Figura 3.27 – Relação das inserções realizadas na rádio Moria.



RÁDIO MORIÁ FM 104.9

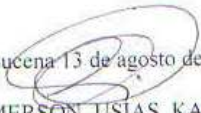
Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária Moria FM de Porto Lucena
Av. Argentina N° 486 Sala: 01 - Centro - Porto Lucena - RS
Fone: (55) 3565 1700 - CNPJ: 07.217.890/0001-37

DIVULGAÇÃO: Edital de Convocação de Audiência Pública Do
Plano Municipal De Saneamento Básico de Porto Lucena.
CONTRATO: Prestação De Serviço
PERÍODO: 21/07 À 07/08/2014
INTENSIDADE: 6X Ao Dia
ENDEREÇO: Porto Lucena

COMPROVANTE DE IRRADIAÇÃO

Data	Horário	Horário	Horário	Horário	Horário	Horário	Chamadas Aleatórias
21/07	09:00	10:15	14:20	15:15	16:30	17:40	XX
22/07	X	X	X	X	X	X	XX
23/07	X	X	X	X	X	X	XX
24/07	X	X	X	X	X	X	XX
25/07	X	X	X	X	X	X	XX
26/07	X	X	X	X	X	X	XX
27/07	X	X	X	X	X	X	XX
28/07	X	X	X	X	X	X	XX
29/07	X	X	X	X	X	X	XX
30/07	X	X	X	X	X	X	XX
31/07	X	X	X	X	X	X	XX
01/08	X	X	X	X	X	X	XX
02/08	X	X	X	X	X	X	XX
03/08	X	X	X	X	X	X	XX
04/08	X	X	X	X	X	X	XX
05/08	X	X	X	X	X	X	XX
06/08	X	X	X	X	X	X	XX
07/08	X	X	X	X	X	X	XX

Porto Lucena 13 de agosto de 2014



EMERSON USIAS KALB
Presidente
Radio Moria FM

Figura 3.28 – Relação das inserções realizadas na rádio Navengantes.

Demonstrativo de horários roteirados RÁDIO NAVEGANTES AM						
Período:	23/07/2014 a 07/08/2014					
Contrato:	2433					
Pl:	20769					
Cliente:	FUND. DE APOIO DA UNIVERS FEDERAL DO RGS					
Agência:	ALTAIR CARAZZO					
Produto / Marca:	SANEAMENTO BASICO					
Data	Prev	Exec	Data	Prev	Exec	
Horário - Material			Horário - Material			
23/07/2014 - Qua	2	2				
07:50 - SANEAMENTO BASICO 04.MP3						
17:45 - SANEAMENTO BASICO 02.MP3						
			Total previsto (contratado):		24	
			Total executado:		24	
24/07/2014 - Qui	2	2				
12:45 - SANEAMENTO BASICO 03.MP3			Observação:			
17:00 - SANEAMENTO BASICO 01.MP3						
25/07/2014 - Sex	2	2				
12:40 - SANEAMENTO BASICO 04.MP3						
17:00 - SANEAMENTO BASICO 02.MP3						
28/07/2014 - Seg	2	2				
07:15 - SANEAMENTO BASICO 01.MP3						
14:00 - SANEAMENTO BASICO 01.MP3						
29/07/2014 - Ter	2	2				
09:00 - SANEAMENTO BASICO 01.MP3						
17:00 - SANEAMENTO BASICO 01.MP3						
30/07/2014 - Qua	2	2				
12:40 - SANEAMENTO BASICO 01.MP3						
18:15 - SANEAMENTO BASICO 01.MP3						
31/07/2014 - Qui	2	2				
09:00 - SANEAMENTO BASICO 01.MP3						
16:00 - SANEAMENTO BASICO 01.MP3						
01/08/2014 - Sex	2	2				
11:10 - SANEAMENTO BASICO 01.MP3						
14:00 - SANEAMENTO BASICO 01.MP3						
04/08/2014 - Seg	2	2				
14:00 - SANEAMENTO BASICO 01.MP3						
16:30 - SANEAMENTO BASICO 01.MP3						
05/08/2014 - Ter	2	2				
12:05 - SANEAMENTO BASICO 01.MP3						
17:45 - SANEAMENTO BASICO 01.MP3						
06/08/2014 - Qua	2	2				
08:30 - SANEAMENTO BASICO 01.MP3						
16:00 - SANEAMENTO BASICO 01.MP3						
07/08/2014 - Qui	2	2				
12:15 - SANEAMENTO BASICO 01.MP3						
16:15 - SANEAMENTO BASICO 01.MP3						
12/08/2014 14:38:22						
			 Elton A. Perotti Gerente Administrativo Rádio Navegantes		Página 1	

A Figura 3.29 apresenta a lista de presença da audiência pública realizada em 07/08/2014.

Figura 3.29 - Listas de presença da audiência pública do PMSB Porto Lucena.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO LUCENA
 CNPJ: 87.613.659/0001-00 / Fone: (55) 3565-1300 -
 Praça Dom Felipe de Nadal, 299 - Centro
 Porto Lucena - RS - CEP 98980-000
 www.portolucena.rs.gov.br - prefeitura@portolucena.rs.gov.br

LISTA DE PRESENCAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA - PMSB - CENTRO DE EVENTOS - DATA: 07/08/14

NOME	ENTIDADE	ASSINATURA
Jaci A. Bonetti	Comitê Gestivo	[Assinatura]
Dr. Paulo Furman	Aponte Bem Saúde	[Assinatura]
Roberto Eichstätt	Aponte Bem Saúde	[Assinatura]
Rubia F. Guimaraes	moradora	[Assinatura]
Eugenio R. Werlang	Professora M.	[Assinatura]
Elaine M. Zaisov	A.C.S.	Elaine M. Zaisov
Frederico D. Soares	A.C.S.	[Assinatura]
[Assinatura]	morador	[Assinatura]
Rogério Lopes	Diretor Esportes	[Assinatura]
Isabella Knebel	moradora	[Assinatura]
Paul Blum	COR SAN	[Assinatura]
Profa. Dra. Schmaus	moradora	[Assinatura]
Maria Alexandra Nery	UFERS	[Assinatura]
Elaine M. C. Lino	Prefeitura	[Assinatura]
Miriele Gaudin	TELECENTRO	Miriele Gaudin
Mark II Wagner	moradora	Mark II Wagner
[Assinatura]	[Assinatura]	[Assinatura]
[Assinatura]	[Assinatura]	[Assinatura]
[Assinatura]	Prefeitura Municipal	[Assinatura]
[Assinatura]	S. Hernandez	[Assinatura]
DIETOR WARTON	UFERS	[Assinatura]
[Assinatura]	[Assinatura]	[Assinatura]
[Assinatura]	[Assinatura]	[Assinatura]
[Assinatura]	[Assinatura]	[Assinatura]
[Assinatura]	[Assinatura]	[Assinatura]
[Assinatura]	[Assinatura]	[Assinatura]

“ Doe órgãos, doe sangue: salve vidas ”



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO LUCENA

CNPJ: 87.613.659/0001-00 / Fone: (55) 3565-1300 -
Praça Dom Felipe de Nadal, 299 - Centro
Porto Lucena - RS - CEP 98980-000
www.portolucena.rs.gov.br - prefeitura@portolucena.rs.gov.br

LISTA DE PRESENCAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA - PMSB - CENTRO DE EVENTOS - DATA: 07/08/14

NOME	ENTIDADE	ASSINATURA
Yanete Lucia Müller	Agente de Saúde	Yanete L. Müller
Sinei T.A. Mendini	SINCC	Sinei T.A. Mendini
João Americo Montini	vereador	João Americo Montini
Marina S. da Rosa	Agente de Endemias	Marina S. R.
Karoline Steudo	Agente de Endemias	Karoline Steudo
Christiane Kraushauer	Agente de Saúde	Christiane Kraushauer
Johny Abreu	Camisado	Johny Abreu
Fernando Simi	Horador	Fernando Simi
Luiza Segatto	Prefeitura	Luiza Segatto
Eduardo Segatto	Horador	Eduardo Segatto
Odilo Per	Horador	Odilo Per
Julio E. Zancheli	Horador	Julio E. Zancheli
Delvaci de F. Barazzo	E.C.E.H. Rep. Argentina	Delvaci de F. Barazzo
Guilherme Samuelson	PM.P.L.	Guilherme Samuelson
Luis Livia Jansen	Pim	Luis Livia Jansen
Larissa Martinelli	Horador	Larissa Martinelli
OSVALDO ANDER	VICE-PREFEITO	Osvaldo Andere
Marina B. Balti	PIM	Marina Balti
João Antonio Ballo	Grupa RS	João Antonio Ballo
DAIR CESAR ROX	Pres. Municipal	DAIR CESAR ROX
Helci Galioni	Prefeitura Muni	Helci Galioni
Guilene Zamboni Kratz	E.H.C.F. Príncipe Indol	Guilene Zamboni Kratz
Isadora Kratz	Estudante	Isadora Kratz
#2	Prefeitura	#2

“ Doe órgãos, doe sangue: salve vidas ”



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO LUCENA

CNPJ: 87.613.659/0001-00 / Fone: (55) 3565-1300 -
Praça Dom Felipe de Nadal, 299 - Centro
Porto Lucena - RS - CEP 98980-000
www.portolucena.rs.gov.br - prefeitura@portolucena.rs.gov.br

LISTA DE PRESENCAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA - PMSB - CENTRO DE EVENTOS - DATA: 07/08/14

NOME	ENTIDADE	ASSINATURA
RITA DENISE PERINI	PREFEITURA	
Fabio André Baum		
DEO JOSÉ POHL	EMATER/RS-ASCAR	
Fabiana P. de Oliveira	Agente de Saúde	Fabiana de Oliveira
Shapoletti	professora	Sh
Alexandra Grivelatti	Assist. Social	
Robson - Sena	Vereador	
STAN M. WANDER	Prefeitura	
Udvaldo Alencar	Empreendedor	Udvaldo
ANTONIO CARLOS JOSATO	FUNASA	
Admir de A. Sena	Vereador	Admir
Altair Benfante	Diretor Departam.	
Atino Viegas	PM	
Comila Sengulim	Pref. Mun.	
Dagmar D. Fink	SMS	
Zambeli	Comunidade P. eca.	Zambeli
ANTONINHO ZAMIN	EMATER/RS-ASCAR	Antônio
Mara Streda	AGS	Mara Streda
Orlando J. Zamboni	SMS	Orlando
Ana Paula Martimelli	SMS	
Antonia da Bahia Olsen	A.C.S	Antônia
Yanice B. Macanowski	A.C.S	Yanice
Alex E.		

“ Doe órgãos, doe sangue: salve vidas ”



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO LUCENA
CNPJ: 87.613.659/0001-00 / Fone: (55) 3565-1300 - Fax: (55) 3565-1223
Praça Dom Felipe de Nadal, 299 - Centro
Porto Lucena - RS - CEP 98980-000
www.portolucena.rs.gov.br - prefeitura@portolucena.rs.gov.br

LISTA DE PRESENCAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA - PMSB - CENTRO DE EVENTOS - DATA: 07/08/14

NOME	ENTIDADE	ASSINATURA
Dilmar Augusto Rex Rep. M. Wandscheider	Prefeitura	
Kristel Olacete	UFRGS	
Ormar G. Watz	Prefeitura	
Marilaine Rosália Taule	MEF. Pedro Alvarado	
Aline Paetz Silveira	UFRGS	
ALMIR OLSSON	LOPSON	
Santos Filho	marader	
Ademir José Lago	Marader	
OMAR RUI OLSSON	VEREADOR	
Francisco Vitz	Professor	
Glauce Wandscheer	SMS	
Vossler De Vriesen	Versador	
Carolina De Vlieger	Estudante	
ABEL MARCOS SOSTER	GOVERN	
Bernardo Bepko	Professor	
MARCO CRISTIANO PINTO	CRISOL	
JURIEL ROSA	Marader	
Robson Prates	Marader	

“ Doe órgãos, doe sangue: salve vidas ”



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO LUCENA
 CNPJ: 87.613.659/0001-00 / Fone: (55) 3565-1300 - Fax: (55) 3565-1223
 Praça Dom Felipe de Nadal, 299 - Centro
 Porto Lucena - RS - CEP 98980-000
 www.portolucena.rs.gov.br - prefeitura@portolucena.rs.gov.br

LISTA DE PRESENCAS

OFICINA DE CAPACITAÇÃO "EDUCAÇÃO AMBIENTAL" - DATA: 07/08/14

NOME	ENTIDADE	ASSINATURA
Rosalina A. Riggs	SMEC	Riggs
Mirele Ganchu	Telecentro	Mirele Ganchu
Silvia T.A. Martins	SMEC	Silvia T.A. Martins
Shapellelli	SMEC	Shapellelli
Elvira M. Schmitt	Escola Princesa Isabel	Elvira M. Schmitt
Carine Fernandes	Escola Presidente Kennedy	Carine Fernandes
Therézinha M. H. Zambeli	Escola Infância e Juventude	Therézinha M. H. Zambeli
Clarice Lambelli	E.M. P. Presidente Kennedy	Clarice Lambelli
Janice Benetti	E.M. Pingo de Gente	Janice Benetti
Marinês Rhoden	E.M. Presidente Kennedy	Marinês Rhoden
Leonice Venturi	SMEC	Leonice Venturi
Marilaine Rosália Taube	Escola Pedro Álvares Cabral	Marilaine Rosália Taube
Márcia A. Lima	Escola Kennedy	Márcia A. Lima
Lucia Zerbetti Brivatori	Escola M. Pingo de Gente	Lucia Zerbetti Brivatori
Luiza T. Tuzat	E.M. Pingo de Gente	Luiza T. Tuzat
Elvira A. Kaputo	E.M. P. Kennedy	Elvira A. Kaputo
Marlene Alzina	E.M. Kennedy	Marlene Alzina
Elisete Samuelsson	E.M. Presidente Kennedy	Elisete Samuelsson
MIRIA T. R. FURMAN	E. Rep. Argentina	MIRIA T. R. FURMAN
GERVÁSIO LOURENÇO	E.M. Princesa Isabel	GERVÁSIO LOURENÇO
PETER WARTCHOW	UFERS	PETER WARTCHOW
Monica A. Niekirk	UFERS	Monica A. Niekirk
JAN M. W. KJON	PREFEITURA	JAN M. W. KJON
Antonio Zoska	FUNAST	Antonio Zoska

" Doe órgãos, doe sangue: salve vidas "



OFICINA DE CAPACITAÇÃO "EDUCAÇÃO AMBIENTAL" - DATA: 07/08/14

[illegible]

“ Doe órgãos, doe sangue: salve vidas ”

3.11 CADERNO DE AÇÕES E EXPLANAÇÃO DA MINUTA DE LEI DO PMSB, PMGIRS E POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE PORTO LUCENA

TELEFONES ÚTEIS

BRIGADA MILITAR 190
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL 191
CORPO DE BOMBEIROS (Santa Rosa) (55) 3512-6070
BRIGADA MILITAR (55) 3565-1332
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES (55) 3565-1340
CONSELHO TUTELAR (55) 9976-1797
CORREIOS (55) 3565-1155
DELEGACIA DE POLÍCIA (55) 3565-1410
HOSPITAL (55) 3565-1414
ESTAÇÃO RODOVIÁRIA (55) 3565-1460



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde



PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE PORTO LUCENA



SANEAMENTO BÁSICO É

O CONJUNTO DE SERVIÇOS, INFRAESTRUTURAS E INSTALAÇÕES OPERACIONAIS NAS ÁREAS:

ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL
ESGOTAMENTO SANITÁRIO
LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
MANEJO E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

DIRETRIZES DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO

ADMINISTRAR RECURSOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS
DESENVOLVER CAPACIDADE TÉCNICA PARA GERENCIAR E PLANEJAR
VALORIZAR PLANEJAMENTO INTEGRADO INTEGRAÇÃO A OUTRAS POLÍTICAS, PLANO DIRETOR, IO AMBIENTE, RECURSOS HÍDRICOS, EDUCAÇÃO AMBIENTAL...
CONSIDERAR DEMANDAS SOCIAIS LOCAIS E REGIONAIS
QUALIDADE E PRODUTIVIDADE NA GESTÃO
RESPEITAR LEGISLAÇÃO
INCENTIVAR O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO
ADOTAR PARÂMETROS E INDICADORES SANITÁRIOS
PROMOVER PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
ANALISAR PROBLEMAS E DIVULGAR SISTEMATICAMENTE INFORMAÇÕES REALÇONADAS
TRANSPARÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO



2

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL			
CÓDIGO AÇÃO	PROGRAMA, PROJETOS, AÇÕES		
11-D	Acompanhamento e controle social através do conselho deliberativo, conselho municipal de Proteção Ambiental e eventos de prestação de contas e recebimentos de sugestões para qualificar a prestação dos serviços de saneamento básico. (Com 1-D).	C	
12-D	Planejamento integrado: prever a rede de infraestrutura para novos empreendimentos habitacionais e expansão urbana para mitigar problemas.	C	
13-D	Programa de preservação dos recursos hídricos (APP). (Com 17-D).	M	
14-D	Equacionar pendências jurídicas (TAC).	E	
15-D	Otimização dos procedimentos e relação entre secretarias afins.	C	
16-D	Compatibilizar o PMSB com o Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica Turvo – Sta. Rosa – Sto. Cristo (Decreto 7.217/10 – Art. 19).	M	
17-D	Programa de reposição das matas ciliares junto às margens dos arroios. (Com 13-D).	M	
18-D	Programa de inclusão de pequenos agricultores nas ações de saneamento básico.	M	

PRIORIDADE:	E = Emergencial (até 1 ano)	C = Curto prazo (até 4 anos)
	M = Médio prazo (4 a 10 anos)	L = Longo prazo (até 20 anos)
Grande dificuldade de execução. Envolve cooperação estadual, federal, entre os poderes executivo, legislativo e judiciário. Ação do projeto depende da cooperação de terceiros ou de formulação de novos regulamentos jurídicos.		
Média dificuldade de execução. Envolve cooperação entre o poder executivo municipal e o poder legislativo municipal ou entre entidades representativas no âmbito municipal.		
Ação factível devido ao gerenciamento interno no âmbito do executivo municipal.		



15

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL			
CÓDIGO AÇÃO	PROGRAMA, PROJETOS, AÇÕES		
1-D	Programa de comunicação relacionado à educação para o saneamento básico e ao incentivo da participação da população na fiscalização dos serviços de saneamento básico (controle social).	C	
2-D	Avaliar programas de incentivos fiscais de apoio às pessoas físicas e jurídicas que possuam imóveis em APP e que preservam esta área.	M	
3-D	Publicitar indicadores de desempenho visando à transparência.	C	
4-D	Zonamento e identificação das áreas de risco. (Com 3-A, 4-A).	C	
5-D	Desenvolvimento de um plano de emergência relacionado a acidentes com produtos químicos.	E	
6-D	Inclusão dos serviços de saneamento básico nas atribuições do Conselho de Saúde.	E	
7-D	Monitoramento e fiscalização da poluição do solo, das águas, do ambiente.	L	
8-D	Incentivar diferentes atores na gestão do plano (usuários, entidades, município, poderes instituídos, etc.)	C	
9-D	Programa de capacitação e motivação dos recursos humanos (servidores municipais) aplicados à área do saneamento básico.	C	
10-D	Educação ambiental continuada (economia de água, não jogar óleo na rede de esgoto, ligações de esgoto, etc.).	C	



14

MINUTA DO PROJETO DE LEI QUE INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO



3

PRINCÍPIOS DO PMSB DE PORTO LUCENA

- I. A prevenção e a precaução;
- II. O poluidor-pagador e o protetor-recebedor;
- III. A visão sistêmica, na gestão do abastecimento de água, esgoto sanitário, resíduos sólidos e drenagem pluvial, que considere as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública;
- IV. O desenvolvimento sustentável;
- V. A ecoeficiência, mediante a compatibilização entre o fornecimento, a preços competitivos, de bens e serviços qualificados que satisfaçam as necessidades humanas e tragam qualidade de vida e a redução do impacto ambiental do consumo de recursos naturais a um nível, no mínimo, equivalente à capacidade de sustentação estimada do planeta;
- VI. A cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade;
- VII. A responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;
- VIII. O reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania;
- IX. O respeito às diversidades locais e regionais;
- X. O direito da sociedade à informação e ao controle social;
- XI. A razoabilidade e a proporcionalidade;



4

MANEJO E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS				
CÓDIGO AÇÃO	PROGRAMA, PROJETO, AÇÃO			
9-P	Implantar e adotar no planejamento urbano e no programa de mobilidade urbana medidas de controle estrutural de alagamento como: a adoção de bocas de lobo de alta capacidade de engolimento, sarjetas permeáveis ou com geometria configurada, dispositivos de infiltração, bacias de amortecimento e de contenção.	C		
10-P	Construir um banco de informações, cadastros das redes pluviais implantadas e aquelas em implantação, adotar plataforma SIG.	E		
11-P	Construção de barraginhas e açudes em calhas secas na área rural para mitigar processos de erosão e garantir maior infiltração de água no solo.	M		
12-P	Identificação, mapeamento e correção dos pontos críticos de escoamento de água.	C		
13-P	Rede de informações meteorológicas em tempo real com sinal de alertas (Defesa Civil).	E		
14-P	Elaborar Manual para a drenagem e o Manejo de Águas Pluviais simplificado.	C		

PRIORIDADE:	E = Emergencial (até 2 anos)	C = Curto prazo (até 4 anos)
	M = Médio prazo (4 a 10 anos)	L = Longo prazo (até 20 anos)
■	Grande dificuldade de execução. Envolve cooperação estadual, federal, entre os poderes executivo, legislativo e judiciário. Ação do projeto depende da cooperação de terceiros ou de formulação de novos regulamentos jurídicos.	
■	Média dificuldade de execução. Envolve cooperação entre o poder executivo municipal e o poder legislativo municipal ou entre entidades e representantes no âmbito municipal.	
■	Ação factível devido ao gerenciamento interno no âmbito do executivo municipal.	



13

MANEJO E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS				
CODIGO AÇÃO	PROGRAMA, PROJETO, AÇÃO			
1-P	Incentivar e regular na legislação municipal a adoção de medidas de baixo impacto visando o controle de parcela de águas pluviais na fonte, como: valas e/ou trincheiras de infiltração, pavimentos permeáveis, telhados verdes, armazenamento de água de chuva, manutenção de pavimentos com pedra irregular ou paralelepípedo.	M		
2-P	Deliberar e implantar projeto para emergências caracterizadas por períodos de estiagem (seca) e/ou chuvas intensas (alagamentos, inundações).	M		
3-P	Programa de captação e armazenamento de água de chuva para fornecimento de água para agricultura familiar para produzir alimentação escolar.	C		
4-P	Serviços ambientais - prever no planejamento urbanístico da cidade a reserva de áreas junto às margens dos arroios na zona urbana, visando a construção de parques lineares ou áreas de preservação permanentes.	M/C		
5-P	Projetos de drenagem pluvial em ruas visando sua pavimentação (PAC).	C		
6-P	Programa de recomposição da vegetação nas margens dos arroios.	C		
7-P	Apropriação de parâmetros para dimensionamento do sistema de drenagem pluvial.	C		
8-P	Verificação de áreas potenciais para a construção de bacias de amortecimento e/ou de bacias de contenção de águas pluviais.	M		



12

MINUTA DO PLANO MUNICIPAL DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS



5

ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL				
CÓDIGO AÇÃO	PROGRAMA, PROJETO, AÇÃO			
1-A	Capacitação de Recursos Humanos para o monitoramento e o controle da qualidade da água dos poços e da água distribuída para consumo humano. Em conjunto com VIGISUS.	C		
2-A	Organizar dados, sistema de informações e página web para a gestão do PMSB.	C		
3-A	Constituir um Sistema de Informação Geográfica para Mapear pontos críticos: dengue, fugas de água e esgoto, fontes e poços com respectivas áreas de proteção ambiental.	M		
4-A	Projeto e implantação de macromedicação do SAA (medição de água produzida).	C		
5-A	Estudo visando a eficiência energética do SAA.	C		
6-A	Desenvolver programa Produtor de Água - Plantio e Manutenção de Matas Ciliares	L		
7-A	Elaborar materiais explicativos sobre o saneamento básico.	C		
8-A	Regularizar outorga dos poços.	C		
9-A	Plano de revisão periódica dos hidrômetros para medição da água.	C		
10-A	Implantar programa de redução de perdas de água (monitoramento e reparação das fugas de água existentes ao longo da rede, recuperação e ampliação das estruturas físicas e trocas de tubulações obsoletas). (Com 5-A).	M		



6

LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS				
CÓDIGO AÇÃO	PROGRAMA, PROJETO, AÇÃO			
11-R	Fiscalizar a destinação de resíduos agrossilvopastoris e agrotóxicos.	E		
12-R	Aquisição e utilização de triturador para resíduos de poda e utilização da lenha como fonte de renda.	E		
13-R	Projeto e implantação de uma central de compostagem de resíduos de poda.	M		
14-R	Criar sistema de indicadores de Serviços de Resíduos Sólidos.	C		
15-R	Criar fórum/reuniões de saneamento para prestação de contas.	C		
16-R	Estudo técnico-econômico-social para avaliar tecnologia de containerização.	M		
17-R	Construir centro de custos na área do saneamento	C		
18-R	Destinação adequada dos lodos (Fossas Sépticas, ETE) que venham a ser produzidos com a construção e funcionamento de ETES.	M		

PRIORIDADE: E = Emergencial (até 2 anos) C = Curto prazo (até 4 anos)
M = Médio prazo (4 a 10 anos) L = Longo prazo (até 20 anos)

Grande dificuldade de execução. Envolve cooperação estadual, federal, entre os poderes executivo, legislativo e judiciário. Ação do projeto depende da cooperação de terceiros ou da formulação de novos regulamentos jurídicos.

Média dificuldade de execução. Envolve cooperação entre o poder executivo municipal e o poder legislativo municipal ou entre entidades representativas no âmbito municipal.

Ação factível devido ao gerenciamento interno no âmbito do executivo municipal.



11

LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS				
CÓDIGO AÇÃO	PROGRAMA, PROJETO, AÇÃO			
1-R	Participação ativa do município para a implantação e incentivo ao CONSORCIO público de municípios para o gerenciamento integrado de resíduos sólidos.	C		
2-R	Implantar coleta seletiva dos resíduos domiciliares (cf. Art. 36, inciso II, Lei 12.305/2010).	C		
3-R	Implantar programa de coleta de óleos de fritura.	E		
4-R	Elaborar Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Construção e Demolição.	C		
5-R	Educação Ambiental - ação continuada.	C		
6-R	Desenvolver projeto de compostagem doméstica a partir da utilização de resíduos orgânicos.	C		
7-R	Reconstrução de central de triagem	C		
8-R	Avaliar potencial para formação de associação de recicladores (catadores) para atuar na coleta seletiva incluindo a população de baixa renda no PMGIRS.	C		
9-R	Construir ponto de entrega voluntária (PEV) (com 7-R).	C		
10-R	Qualificar separação dos resíduos secos diminuindo os rejeitos (com 2-R).	C		



10

ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL				
CÓDIGO AÇÃO	PROGRAMA, PROJETO, AÇÃO			
11-A	Programa - saneamento básico em sala de aula.	M		
12-A	Elaborar cadastro de redes de distribuição e fontes alternativas de abastecimento de água atualizado.	M		
13-A	Educação ambiental continuada. Lançamento de campanhas de sensibilização da população para as questões da qualidade da água, da racionalização do uso da água e da adimplência do pagamento.	C		
14-A	Avaliar e otimizar posicionamento dos reservatórios nos diferentes setores.	M		
15-A	Extensão e substituição das redes de água na área rural.	C		
16-A	Reavaliação do plano tarifário para financiar a atividade do saneamento básico, em conjunto com outros municípios, que delegaram a prestação de serviços para a Corsan.	M		
17-A	Reforço da capacidade fiscalizadora dos órgãos competentes.	C		
18-A	Constituir mecanismos financeiros específicos para garantir o abastecimento de água dos aglomerados rurais ou dispersos.	M		
19-A	Manter indicadores atualizados e procedimentos de avaliação dos serviços de abastecimento de água.	C		
20-A	Estruturar instância para projetos na área de saneamento básico.	C		



7

ESGOTAMENTO SANITÁRIO			
CÓDIGO AÇÃO	PROGRAMA, PROJETO, AÇÃO		
1-E	Estudo e projeto para a implantação do Sistema de Esgoto Sanitário (SES) Porto Lucena.	E	
2-E	Regulação dos procedimentos de análise dos projetos das instalações prediais de esgoto (ligação, tecnologia, fiscalização, etc.).	C	
3-E	Monitorar a qualidade dos cursos d'água do município e dos pontos de lançamento das ETEs (Rede de monitoramento).	M	
4-E	Reforço da capacidade fiscalizadora dos órgãos competentes, especificamente a relativa à liberação de construções para evitar ligações irregulares.	C	
5-E	Programa de incentivo para ligação das economias na rede de esgoto (após implantação SES).	C	
6-E	Programa 100% de módulos sanitários (instalações sanitárias nas residências).	C	
7-E	Incentivar o destino correto dos dejetos e águas servidas das propriedades do meio rural – Programa de Saneamento Rural.	M	
8-E	Constituir mecanismos de financiamento visando garantir a implantação de soluções de esgotamento sanitário em aglomerados rurais ou no meio disperso.	C	

ESGOTAMENTO SANITÁRIO			
CÓDIGO AÇÃO	PROGRAMA, PROJETO, AÇÃO		
9-E	Análise compartilhada para deliberar (executivo, legislativo, população) forma de implantação do sistema de cobrança de tarifa de esgoto após implantação do SES.	C	
10-E	Encaminhar pedido de verbas não onerosas junto às instâncias do governo federal para o financiamento de obras de esgoto.	C	
11-E	Educação Ambiental continuada - sensibilização da população para as questões de saúde, vetores, poluição dos corpos hídricos e de ligações de esgoto sanitário.	C	
12-E	Desenvolvimento de programas de aproveitamento de lodos e dos efluentes tratados.	L	
13-E	Planejar infraestrutura de saneamento de loteamentos em fase de projeto e execução.	C	
14-E	Construir alternativas do plano de expansão do SES para locais não cobertos pela ETE.	M	
15-E	Prever implantação do SES em etapas adequadas à demanda social e às condições técnicas existentes.	M	
16-E	Regulamentar os parâmetros para o lançamento de efluentes industriais na rede coletora de esgoto a ser construída.	M	

4.

**CENÁRIOS
RECOMENDADOS**

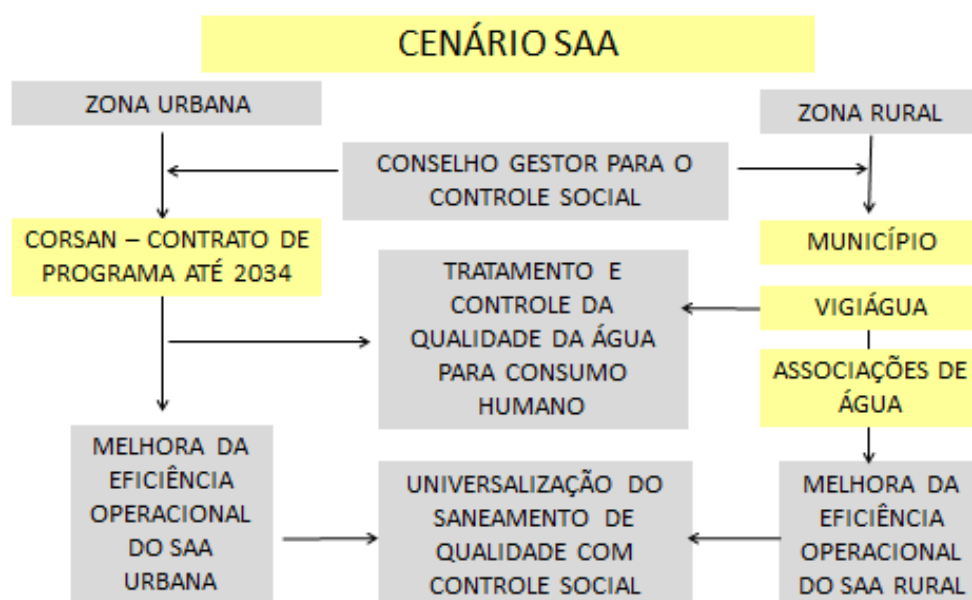
4. CENÁRIOS RECOMENDADOS

Os cenários mais apropriados para a qualificação dos serviços de saneamento básico no município de Porto Lucena foram analisados no Relatório 2 - Prospectiva e Planejamento Estratégico. Estes cenários poderão ainda ser otimizados na medida da apropriação por parte do município das ações necessárias e durante o processo de gerenciamento do PMSB de Porto Lucena.

4.1 CENÁRIO RECOMENDADO PARA O ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Segundo a Figura 4.1, na zona urbana do município os serviços de abastecimento de água são prestados pela Corsan por meio de um contrato de programa que tem vigência até o ano 2034. Na zona rural o responsável pela prestação dos serviços é o Município. Ambos têm em suas metas a melhoria na eficiência operacional visando o alcance da universalização do saneamento com qualidade. Este cenário prevê a constituição de um Conselho Gestor de Saneamento Básico para o exercício do controle social. O tratamento e o controle da qualidade da água para o consumo humano a ser garantido tem como propósito o fornecimento de uma água segura para a população.

Figura 4.1 – Esquema do Cenário SAA recomendado para o município de Porto Lucena.



4.2 CENÁRIO RECOMENDADO PARA O ESGOTAMENTO SANITÁRIO

A Figura 3.2 esquematiza o CENÁRIO SES elaborado para a área do esgotamento sanitário no município de Porto Lucena. O município optou pela gestão associada para a zona urbana do município, delegando a prestação dos serviços de esgotamento sanitário para a Corsan mediante contrato de programa. Neste contrato de programa, avaliado no Relatório 1 – Diagnóstico Técnico Participativo, existem deveres da Corsan para a elaboração do projeto executivo e a implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário. A partir do Diagnóstico Técnico Participativo recomenda-se para a zona urbana do município a elaboração do projeto para a implantação do SES do tipo separador absoluto e a construção de duas Estações de Tratamento de Esgoto (ETE), uma na Bacia SUL e, outra, na Bacia NORTE.



Figura 3.2 – Cenário SES proposto para Porto Lucena.

Na zona rural, o Município é o responsável pela gestão e regulação dos SES. Recomenda-se para a disposição e o tratamento dos esgotos sanitários domésticos a utilização de sistemas simplificados de tratamento como a fossa séptica e o filtro anaeróbio, e não havendo esta possibilidade, fossa séptica e sumidouro ou outro processo de tratamento de efluente de fossa séptica recomendado pelas Normas Técnicas (NBR 7229, de março de 1982). Para esta zona rural recomenda-se o desenvolvimento de um programa para a difusão e implantação de sistemas simplificados de tratamento de esgotos, com apoio da Emater.

Na zona rural do Município existe um aglomerado de residências em uma localidade denominada de Defesa Civil para a qual se recomenda elaborar um projeto para implantação de um sistema de coleta de esgoto sanitário e o tratamento destes.

O resultado comparativo entre a Receita Marginal de R\$ 2,76/m³ praticada pela Corsan e o Custo Marginal de R\$ 7,91/m³ sugere que não há sustentabilidade dos serviços de esgotamento sanitário, e que esta somente será alcançada, com as seguintes condicionantes:

- a) Se houver mobilização do município para a disponibilização de recursos não onerosos pelos governos estaduais ou federais; ou
- b) Se os investimentos forem distribuídos no período entre 2014 e 2040 e não forem concentrados no ano 2013;
- c) Se os custos operacionais da Corsan com a prestação dos serviços de abastecimento de água na unidade de saneamento de Porto Lucena e seus custos indiretos forem diminuídos (Considera-se a despesa de pessoal e os impostos elevados).

4.3 CENÁRIO RECOMENDADO PARA OS REDÍDUOS SÓLIDOS

O CENÁRIO 3 - RSU é aquele que apresentou menores custos, na comparação com os demais cenários simulados, principalmente a pequena escala dos resíduos gerados. Neste cenário, prevê-se a construção de uma estação de transbordo e o transporte dos rejeitos para o aterro privado localizado no município de Giruá.

Esta conclusão conduz a uma importante decisão a ser tomada pelo município, qual seja, a de constituir um consórcio público com os municípios limítrofes ao município de Porto Lucena para a gestão dos resíduos sólidos, a retomada da coleta seletiva, a implantação e o incentivo para a separação da fração orgânica presente nos RSU, a construção de uma unidade de transbordo na área onde se localiza o aterro sanitário municipal e sua operação de acordo com a técnica recomendada.

c) CENÁRIO 3 - RSU: Disposição final de rejeitos em aterro sanitário privado, no qual se propõe a qualificação da coleta seletiva com aproveitamento de 25 % da massa de resíduos secos presentes no RSU e o incentivo para a retirada de uma parcela dos resíduos orgânicos correspondente a 20%, referido a massa total dos Resíduos do tipo “úmido” produzidos. A coleta de resíduo do tipo “úmido” e o transporte serão realizados pelo município e a massa gravimétrica resultante dos RSU será de 55% da produção atual (2013 – CENÁRIO 1 - RSU) (Figura 4.3).

Este CENÁRIO 3 – RSU avalia como sendo inviável ou proibida a construção de uma nova célula junto a área onde se localiza o aterro sanitário municipal. Nesta hipótese, este cenário prevê a construção de uma unidade de transbordo junto à área onde se localiza o aterro municipal e o transporte do Rejeito resultante (55% da geração atual (2013 – Cenário 1), para Giruá (cuja distância será de 100 km de ida e 100 km de volta) em veículo com capacidade de transporte de 20 m³/carga ou 10 toneladas (considerou-se uma densidade aparente de 0,4 ton/m³ RSU) e disposição final do Rejeito em aterro sanitário (Custo estimado de R\$ 51,00 a tonelada) no município de Giruá. Este cenário prevê o esgotamento da área do município onde atualmente (2014) são dispostos os resíduos urbanos coletados pelo município de Porto Lucena.

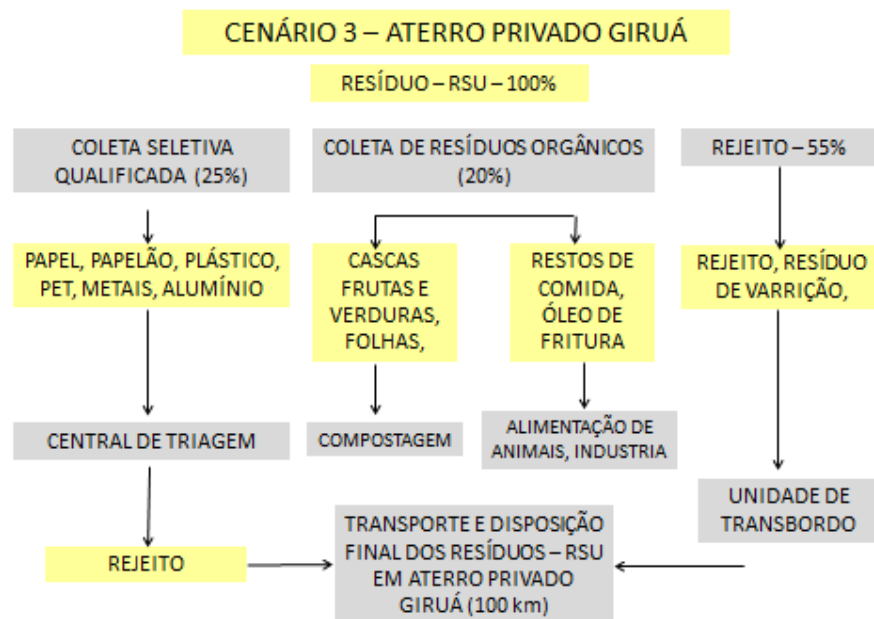


Figura 4.3 – Representação esquemática do CENÁRIO 3 – RSU

4.4 CENÁRIO RECOMENDADO PARA A DRENAGEM E O MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS

No CENÁRIO DRENAGEM PLUVIAL proposto, designou-se a responsabilidade da gestão da drenagem pluvial no Município, o Departamento de Obras e Viação ou Departamento de Serviços Urbanos. A gestão da drenagem e o manejo de águas pluviais requer o monitoramento da impermeabilização, a edição de um manual de drenagem pluvial simplificado e o incentivo para a adoção de medidas estruturais como o uso de tecnologias de baixo impacto, como: pavimentos permeáveis, a captação e o armazenamento de água de chuva, dentre outras.

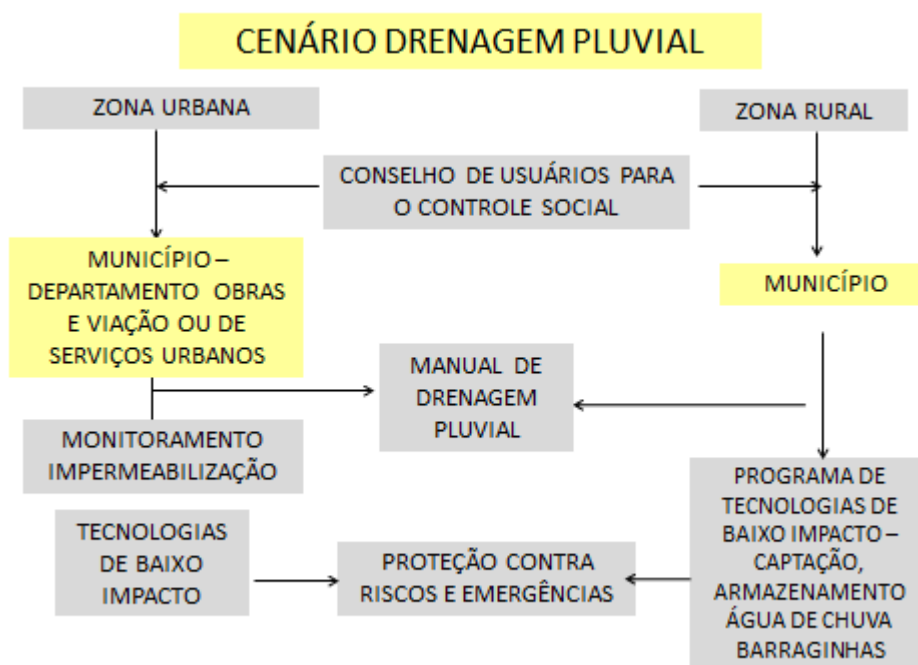


Figura 5.1 – Representação esquemática conceitual do CENÁRIO DREN 1 – Porto Lucena.

5.

GESTÃO DO PMSB

5. GESTÃO DO PLANO

A figura 5.1 esquematiza a Minuta de Projeto de Lei que Institui a Política Municipal de Saneamento Básico do município de Porto Lucena-RS apresentada no Relatório 5. A Política Municipal de Saneamento Básico constitui um Sistema Municipal de Saneamento Básico, que possui como partes, uma Câmara Técnica de Saneamento Básico, um Fundo Municipal de Gestão Compartilhada, o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), o Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos (PMGIRS) e o Sistema Municipal de Informações do Saneamento (SMIS). O controle social é realizado por meio de um órgão colegiado, deliberativo,, regulador e fiscalizador, o Conselho Deliberativo do Departamento Municipal de Saneamento, com participação do Conselho de Proteção Ambiental e Conselho da Saúde.

Figura 5.1 – Esquema explicativo da Política Municipal de Saneamento Básico do município de Porto Lucena.

A figura 5.2 resume o plano de gestão do PMSB de Porto Lucena. As diretrizes apresentadas na figura 5.3 conduzem à missão, ao ambiente externo e ambiente interno, às estratégias, a formulação de metas e ações e uma matriz 5W2H para as ações de saneamento básico e resíduos sólidos.

Figura 5.2 – Plano de Gestão do PMSB de Porto Lucena.

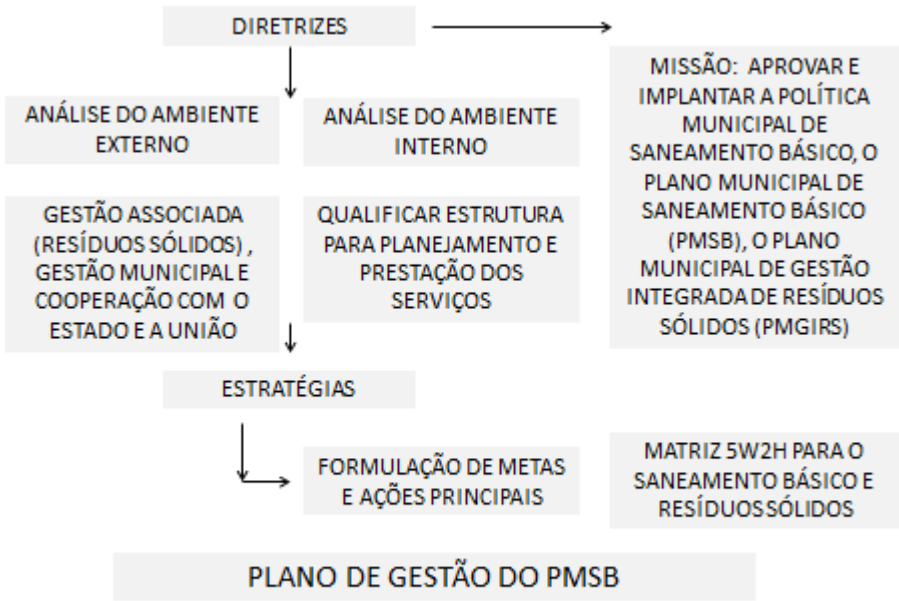


Figura 5.3 – Diretrizes do PMSB de Porto Lucena.

ADMINISTRAR RECURSOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS
DESENVOLVER CAPACIDADE TÉCNICA PARA GERENCIAR E PLANEJAR
VALORIZAR PLANEJAMENTO INTEGRADO
INTEGRAÇÃO A OUTRAS POLÍTICAS, PLANO DIRETOR, MEIO AMBIENTE, REC. HÍDRICOS, EDUCAÇÃO AMBIENTAL...
CONSIDERAR DEMANDAS SOCIAIS, LOCAIS E REGIONAIS
QUALIDADE E PRODUTIVIDADE NA GESTÃO
RESPEITAR A LEGISLAÇÃO
INCENTIVAR O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO
ADOTAR PARÂMETROS E INDICADORES SANITÁRIOS
PROMOVER PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
ANALISAR PROBLEMAS E DIVULGAR SISTEMATICAMENTE INFORMAÇÕES RELACIONADAS
TRANSPARÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO

A figura 5.4 apresenta um esquema da Política Municipal de Saneamento Básico proposta na minuta de Projeto de Lei a ser encaminhada para a câmara de vereadores para apreciação e aprovação.

Figura 5.4 – Gestão da Política Municipal de Saneamento Básico do município de Porto Lucena.

